

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
Administração 2021-2024



Cataguases, 28 de janeiro de 2025.

Ofício CATRANS Nº 09/2025.

*Recebido em
24/02/25
Nily*

À

Licitação e Contratos
Sra. Nilyê Faria de Oliveira

Por meio deste, solicitamos a abertura de processo licitatório na modalidade concorrência de forma presencial para seleção da melhor proposta sendo o **maior percentual de repasse sobre arrecadação** para concessão dos serviços públicos de implantação, adequação, gestão, operação, conservação, manutenção e exploração do Sistema de Estacionamento Rotativo em vias e logradouros públicos do Município de Cataguases-MG.

Conforme art. 17, § 2º da Lei Federal 14.133/2021:

“§ 2º As licitações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial, desde que motivada, devendo a sessão pública ser registrada em ata e gravada em áudio e vídeo.”

A escolha da modalidade presencial fundamenta-se na necessidade de garantir maior clareza, transparência e eficiência ao certame, considerando a complexidade do objeto licitado. O serviço a ser contratado envolve aspectos operacionais, tecnológicos e financeiros que demandam um elevado grau de detalhamento e entendimento por parte dos licitantes.

A realização da sessão presencial possibilita a análise detalhada das condições técnicas em um ambiente mais dinâmico, com possibilidade de esclarecimentos imediatos. Dessa forma, a escolha do formato presencial visa garantir um processo licitatório que atenda aos princípios da eficiência, competitividade e legalidade, assegurando a seleção da proposta que melhor combine capacidade técnica e benefício econômico ao interesse público.

Além disso, por se tratar de um serviço diretamente ligado à mobilidade urbana, organização viária e infraestrutura local, é essencial que as empresas interessadas tenham um conhecimento prévio da cidade, de suas particularidades geográficas e do fluxo de veículos e pedestres. Esse entendimento contribui para a formulação de propostas mais realistas e adequadas às necessidades do município, garantindo uma execução mais eficiente do serviço contratado.

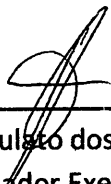
Dessa forma, a escolha pela licitação presencial não apenas reforça a competitividade e a isonomia entre os concorrentes, mas também contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo um processo mais eficiente e alinhado ao interesse público.

Rua Cel. José Gonçalves Araújo Porto, 121 – Centro - Cataguases (MG) 36770-010
Tel.: (32) 3429-2522 - CNPJ: 17.702.499/0001-81
catranscataguases@gmail.com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAGUASES
Administração 2021-2024

Por fim, em cumprimento ao art. 17, § 2º da Lei 14.133/2021, a sessão pública será registrada em ata, gravada em áudio e vídeo e transmitida em tempo real nos canais oficiais da Prefeitura de Cataguases, assegurando ampla publicidade e transparência ao processo.

Atenciosamente,


Fabrício Zulato dos Santos
Coordenador Executivo

CATRANS

Fabrício Zulato dos Santos
COORDENADOR CATRANS
MATRÍCULA: 505399

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para implantação, manutenção e prestação de serviços de exploração e administração de estacionamento rotativo de veículos, em locais públicos como, estacionamentos, áreas, vias, logradouros e outros, bem como a implantação e manutenção dos equipamentos digitais, aplicativos do sistema, parquímetros, veículo com leitor OCR, entre outros, necessários para a funcionamento e fiscalização do estacionamento rotativo implantado dentro do MUNICIPIO DE CATAGUASES – MG, será adotado o critério de disputa aberta maior percentual de repasse sobre a arrecadação conforme preceitos da lei 14.133/2021.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. DEFINIÇÕES:

- I. Usuário: Condutor de veículo que faz uso das vagas de estacionamento rotativo pago;
- II. Monitor: profissional que exerce a monitoria, orientação e instrução ao usuário;
- III. Ponto de Venda ou PDV: Estabelecimento comercial habilitado e credenciado para fazer a comercialização de créditos para utilização das vagas pelos usuários;
- IV. Módulo para Pontos de Venda: dispositivo que permita a compra de períodos de estacionamento nos pontos de venda, com a inclusão “on-line” da placa dos veículos na base de dados do sistema e a emissão de recibos impressos;
- V. EPRC: Equipamento Portátil de Registro e Controle;
- VI. Aplicativo (ou app): Aplicativo disponibilizado para os usuários nas lojas virtuais para sistemas Android e IOS (Play Store, App Store) baixado pelo usuário que, após o cadastro, possa efetuar a compra de créditos e o estacionamento no sistema rotativo;
- VII. Plataforma de Gestão: Software com conjunto de processos informatizados com objetivo de administrar e parametrizar o sistema de estacionamento da Zona Azul através da gestão das informações parametrizadas e/ou coletadas em tempo real;
- VIII. Monitoramento: Verificação pelo monitor, via sistema digital, se o veículo estacionado está com tempo ativado;
- IX. POS - Equipamento eletrônico POS (do inglês: Point of Sale ou Point of Service): é um coletor de dados que se comunica com a base de dados remota de modo online, em tempo real, por meio de tráfego de dados via telefonia celular, emissor de ticket virtual com comprovante ao usuário. Será o equipamento utilizado pelo PDV para comercialização em dinheiro, pix, cartão de crédito ou débito;
- X. Plataforma web do usuário: Portal WEB para o usuário comprar e visualizar seus créditos, transações de compra e ativação;
- XI. Parquímetro outdoor : Dispositivo eletrônico instalado na via pública , que permite adquirir sessões avulsas de estacionamento em vagas, com comunicação via GPRS ou sem fio em tempo real tendo como forma de pagamento pix, cédulas, moedas, cartão de débito ou crédito;
- XII. Aviso de tarifa pós-utilização (TPU): O veículo poderá receber um “Aviso de pagamento de tarifa pós utilização (TPU)”, quando verificada a utilização do estacionamento rotativo sem a

aquisição do ticket;

2.2. PLATAFORMA

2.2.1. A plataforma deverá compreender um conjunto de processos informatizados que tenham como objetivo administrar o Sistema de Estacionamento Público Regulamentado através da análise das informações coletadas em tempo real;

2.2.2. A plataforma deverá ser de fácil operação, tanto para o usuário, quanto para os monitores em campo, atualizando todos os dados recebidos pelos usuários ou fornecidos pelos monitores em campo, gerando informações das situações de estacionamento;

2.2.3. Aquisição de Créditos via e dinheiro em espécie, cartão de crédito ou débito e PIX.

2.2.4. Monitoramento;

2.2.5. Administração;

2.2.6. Gestão;

2.2.7. Deverá ser fornecido senha para acesso a Plataforma (sítio da Internet) para o Gestor do contrato indicado pela Concedente e para mais quem esse determinar formalmente através de ofício ou e-mail, de maneira a acompanhar as vendas e regularizações dos tickets, e outros assuntos pertinentes;

2.3. AUDITORIA E SEGURANÇA

2.3.1. Cada perfil de usuário deverá ter acesso no sistema somente às funções inerentes à execução de suas atividades;

2.3.2. A solução a ser utilizada deverá propiciar aos usuários facilidade na obtenção do crédito de estacionamento e versatilidade quanto à sua aquisição, disponibilizando vários métodos que permitam a utilização de dispositivos de armazenagem de crédito eletrônico, debitando o saldo de crédito do usuário;

2.3.3. O sistema deverá controlar, por meio de equipamentos portáteis, a utilização das vagas de estacionamento nas vias, áreas e logradouros públicos, inclusive quanto à limitação de tempo de utilização e pagamento de tarifa;

2.3.4. A solução deverá contemplar no mínimo um controle de Créditos Eletrônicos de Estacionamento, vinculando, obrigatoriamente, a um cadastro do Usuário, contendo no mínimo CPF, telefone, e-mail e senha eletrônica, devendo suportar o consumo para qualquer tipo de veículo autorizado por legislação;

2.3.5. O serviço de suporte compreende a atualização tecnológica de toda a Solução Tecnológica implantada pela concessionária, incluindo assim a atualização de software, o

Administração 2025-2028

provimento de toda e qualquer evolução, incluindo correções, “patches”, “fixes”, “updates”, “service packs”, novas “releases”, “versions”, “builds” e funcionalidades, bem como o provimento de “upgrades / subscrição”, englobando, inclusive, versões não sucessivas, nos casos em que a liberação de tais versões ocorra durante o período de vigência do serviço;

2.4. NOTIFICAÇÃO

2.4.1. O sistema de estacionamento rotativo poderá realizar as seguintes notificações:

- a. Notificação para ativação;
- b. Prazo 15 minuto de tolerância (tolerância não será gratuita);
- c. A ausência de notificação não afasta a aplicação das penalidades previstas na lei municipal e no CTB;
- d. Decorrido o prazo para ativação ficará subentendida a opção do usuário pela tarifa da pós-utilização, prevista no edital;
- e. O usuário terá até 72 (setenta e duas) horas para realizar o pagamento da tarifa pós-utilização, sob pena de autuação, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro;
- f. O usuário que tiver débito de pós-utilização vencido deverá obrigatoriamente quitá-lo para que possa realizar nova aquisição.
- g. A multa de trânsito não desobriga ao pagamento da utilização do estacionamento rotativo, podendo inclusive, a empresa executar judicialmente a cobrança de tarifas dos inadimplentes;
- h. A tarifa de pós utilização terá o valor equivalente a 5 (cinco) vezes o valor da tarifa de 60 minutos (R\$ 2,00).
- i. A implemetação da tarifa pós-utilização somente podera ser cobrada após corrido 30 dias úteis da instalação do sistema.

2.5. QUANTITATIVO MÍNIMO DE PONTO DE VENDAS E MONITORAMENTO

- 2.5.1. 1 1 monitor a cada 200 (duzentas) vagas;
- 2.5.2. 1 PDV a cada 100 (cem) vagas
- 2.5.3. 1 parquímetro para cada 150 (cento e cinquenta) vagas. (*obs: sendo pelo menos um que aceite notas e moedas);
- 2.5.4. 2 (dois) PALMS para fiscalização;
- 2.5.5. 01 (um) veículo - Carro Guardião, com 2 câmeras OCR, e 2 panorâmicas- Veículo elétrico.

2.6. SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

- 2.6.1. A Sinalização horizontal com relação as vagas de estacionamento e a sinalização

vertical com relação as placas de estacionamento rotativo, deverão ser instaladas e/ou trocadas sempre que necessário, por conta da contratada;

2.7. CAMPANHA EDUCATIVA

2.7.1. Objetivando esclarecer a população quanto ao uso e à importância do estacionamento rotativo, a empresa concessionária deverá realizar campanha de divulgação, orientação e de informações aos usuários do sistema;

2.7.2. As campanhas deverão ser veiculadas através de diferentes meios de comunicação disponíveis, como por exemplo, rádio, panfletos, outdoors, mensagens SMS, por um período não inferior a 30 (trinta) dias, e deverão ter início com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência do funcionamento do sistema;

2.8. DA SUPERVISÃO

2.8.1. Concedente deverá nomear um representante, o qual será responsável pela coordenação e supervisão técnica da execução do Contrato e decidirá sobre todas as questões relativas à qualidade e aceitabilidade dos materiais, mão-de-obra e cronograma de execução, bem como sobre todas as questões relativas à interpretação dos projetos e especificações técnicas, além daquelas relativas ao cumprimento satisfatório do Contrato no seu aspecto técnico e administrativo;

2.8.2. Deve ter no mínimo módulos das funcionalidades e gerenciamento do sistema da aplicação multicanal para comunicação e pagamento;

2.8.3. Módulos de aquisição créditos, liberação de horas e pagamento de pós-utilização;

2.8.4. Modulo de Ponto de Venda;

2.8.5. Modulo de Parquímetros;

2.8.6. Modulo do Site;

2.8.7. Modulo do Aplicativo;

2.8.8. Modulo do WhatsApp;

2.9. PONTO DE VENDAS

2.9.1. As operações nos Pontos de Venda devem permitir no mínimo que o usuário:

2.9.2. Informe os dados de identificação do veículo (placa);

2.9.3. Informe o tempo de estacionamento;

2.9.4. Efetue o pagamento do preço correspondente ao tempo de estacionamento que deseja adquirir, observados os limites do regulamento;

2.9.5. Emita o comprovante eletrônico de pagamento no valor adquirido;

2.9.6. Verifiquem as ativações em seus smartphones, eliminando a necessidade de ele retornar para renovar o período (observado o limite legal) ou reemitir os comprovantes;

2.9.7. Deverá ser possível, no PDV, cadastrar uma nova conta pré-paga para o usuário;

2.10. DADOS MINIMOS PARA CADASTRO

- a. CPF;
- b. Nome;
- c. Telefone;
- d. E-mail;
- e. Senha;

2.11. O SISTEMA DO MODULO PONTO DE VENDA DEVERÁ APRESENTAR O EXTRATO DE USO DA CONTA VIRTUAL COM:

- a. identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b. Data e hora de uso;
- c. Tempo de estacionamento;
- d. Valor debitado;
- e. Saldo Restante;

2.12 O COMPROVANTE DE AQUISIÇÃO DEVERÁ CONTER, NO MÍNIMO, AS SEGUINTE INFORMações:

- a. Quantidade de tempo de estacionamento adquirido;
- b. Valor pago;

Administração 2025-2028

- c. Data e hora de emissão do bilhete;
- d. Placa do veículo;
- e. Data e hora de expiração do estacionamento regular;
- f. Número sequencial único;

2.13 MEIOS DE PAGAMENTO NOS SISTEMAS DE COBRANÇA:

- a. Cédulas ou moedas nacionais em circulação oficial e de uso corrente no País;
- b. Cartão de crédito e débito;
- c. PIX;
- d. Boleto bancário;

2.14 COBRANÇA TARIFÁRIA

2.14.1 As áreas demarcadas com sinalização de regulamentação para táxi, vaga de curta duração e outros em acordo com o CTB (Código de Trânsito Brasileiro) e resoluções do CONTRAN, terão gratuidade, desde que sinalizados e autorizados pelo departamento de Trânsito;

2.14.2 Operações de carga e descarga de mercadorias serão permitidas na área própria regulamentada por valor determinado pelo Poder executivo, as "Caçambas" utilizadas em reformas e construções serão isentas de cobrança e terão prazo máximo de 24 horas para serem retiradas do local sem cobrança;

2.14.3 O estacionamento nas vagas de idoso ou de estacionamento para veículo de pessoa com deficiência, serão permitidas na área própria regulamentada, por até três horas sem pagamento de tarifa;

2.14.4 Estarão isentos do pagamento da tarifa, os veículos Oficiais da União, dos Estados, do Município e suas autarquias, e veículos de utilidade pública, desde que exercendo as suas finalidades e os mesmos estejam devidamente caracterizados, assim como veículos utilizados pela contratada para a realização de fiscalização do serviço;

2.14.5 Na hipótese de interrupção parcial ou total das vagas de estacionamento regulamentado, objeto da presente concessão, para atos e eventos festivos cívicos, sociais, políticos, obras civis, entre outros, o Município deverá comunicar expressamente a Concessionária com antecedência de, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas;

2.15 PARQUÍMETRO

2.15.5 As operações do Parquímetro devem permitir no mínimo:

2.15.6 Informe os dados de identificação do veículo (placa);

Administração 2025-2028

2.15.7 Informe tempo de estacionamento;

2.15.8 Efetue o pagamento do preço correspondente ao tempo de estacionamento que deseja adquirir, observados os limites regulamentados;

2.15.9 Emita o comprovante eletrônico de pagamento no valor adquirido;

2.15.10 Verifique as ativações em smartphone, eliminando a necessidade do usuário retornar para renovar o período ou reemitir os comprovantes;

2.15.11 Deverá ser possível cadastrar, no Parquímetro, uma nova conta pré-paga para o usuário, caso seja solicitado;

2.15.12 O usuário poderá, se desejar, adquirir créditos antecipados para sua conta pré-paga, utilizando cartão de débito, crédito, PIX e boleto bancário;

2.15.13 Parquímetro deverá ter opção para informar ao usuário o saldo da conta cadastrada e poder utilizar deste saldo para ativação de tempo;

2.15.14 Dados mínimos para cadastro:

- a. CPF;
- b. Nome;
- c. Telefone;
- d. E-mail;
- e. Senha;

2.15.15 O Sistema de Parquímetro deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet;

2.15.16 O sistema de Parquímetro deverá ter a possibilidade de visualização de extrato de uso da conta virtual com:

- a. Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b. Data e hora de uso;
- c. Tempo de estacionamento;
- d. Valor debitado;
- e. Saldo Restante;

2.15.17 Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento, o parquímetro deverá fornecer uma forma de controle destes créditos, e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário, contendo, no mínimo: nome completo, nº do CPF ou CNPJ e telefone. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações;

Administração 2025-2028

2.15.18 O comprovante de aquisição deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a. Quantidade de tempo de estacionamento adquirido;
- b. Valor pago;
- c. Data e hora de emissão do bilhete;
- d. Placa do veículo;
- e. Data e hora de expiração do estacionamento regular;
- f. Número sequencial único;
- g. Meios de pagamento:
- h. Cartão de crédito e débito;
- i. Cédulas;
- j. Moedas;
- k. Pix;
- l. Ativação de créditos pré-pagos;
- m. O Parquímetro Também deverá receber a tarifa de pós-utilização;
- n. Todas as transações que envolvam pagamento de pós-utilização deverão emitir

recibo de pagamento, que deverá conter:

- o. Placa;
- p. Data/hora;
- q. Valor pago;
- r. Identificação do Ponto de venda;
- s. Identificação do operador;
- t. Número sequencial único do cupom;

2.15.19 Todas as transações realizadas para compra de créditos deverão gerar e-mail a ser enviado para o endereço eletrônico informado no cadastro, para controle do usuário quanto à utilização de sua conta;

2.15.20 O parquímetro deverá possuir monitor com tela colorida e touch screen, moedeiro, noteiro, possibilitar transações de pix e cartão de débito e crédito, além de conexão com internet.

2.16 SITE

2.16.5 O sítio eletrônico (site) deverá conter informações objetivas do funcionamento do sistema e de todas as formas de pagamento e uso das horas de estacionamento;

2.16.6 O sistema de Site deverá oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet;

2.16.7 O sistema de Site deverá apresentar o extrato de uso da conta virtual com:

- a) Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b) Data e hora de uso;

Administração 2025-2028

- c) Tempo de estacionamento;
- d) Valor debitado;
- e) Saldo Restante;

2.16.8 Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo:

- a) Nome completo;
- b) Nº do CPF ou CNPJ;
- c) Telefone;
- d) Deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações;
- e) As operações do site devem permitir que o usuário:
- f) Informe os dados de identificação do veículo (placa);
- g) Informe tempo de estacionamento;

2.16.9 Efetue o pagamento do preço correspondente ao tempo de estacionamento que desejam adquirir, observados os limites do regulamento;

2.16.10 Verifiquem as ativações em seus smartphones, eliminando a necessidade de ele retornar para renovar o período ou reemitir os comprovantes;

2.16.11 Deverá ser possível cadastrar, no site, uma nova conta pré-paga para o usuário, caso seja solicitado;

2.16.12 O usuário poderá, se desejar, adquirir créditos antecipados para sua conta pré-paga, utilizando cartão de débito, crédito, boleto bancário ou PIX;

2.16.13 O site deverá ter opção para informar ao usuário o saldo da conta cadastrada e poder utilizar deste saldo para ativação de tempo;

2.16.14 Dados mínimos para cadastro:

- a) CPF;
- b) Nome;
- c) Telefone;
- d) E-mail;
- e) Senha;

2.16.15 Deverá oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet;

- a) Meios de pagamento via site;
- b) Cartão de crédito ou débito;

Administração 2025-2028

- c) PIX;
- d) Ativação de créditos pré-pagos;

2.16.16 Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento pelo site, o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo:

- a) Nome completo;
- b) Nº do CPF ou CNPJ;
- c) Telefone;

2.16.17 Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações;

2.16.18 O site também deverá receber a tarifa de pós-utilização;

2.17 REQUISITOS MINIMOS PARA O APLICATIVO;

2.17.1 O Sistema do Aplicativo deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet;

2.17.2 O sistema do Aplicativo deverá apresentar o extrato de uso da conta virtual com:

- a) Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b) Data e hora de uso;
- c) Tempo de estacionamento;
- d) Valor debitado;
- e) Saldo Restante;

2.17.3 Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo:

- a) Nome completo;
- b) Nº do CPF ou CNPJ e telefone;
- c) Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito e débito de utilizações;
- d) As operações do Aplicativo devem permitir que o usuário:
- e) Informe os dados de identificação do veículo (placa);
- f) Informar tempo de estacionamento;
- g) Efetue o pagamento do preço correspondente ao tempo de estacionamento que

Administração 2025-2028

desejam adquirir, observados os limites do regulamento;

h) Verifique as ativações em seus smartphones, eliminando a necessidade de ele retornar para renovar o período ou reemitir os comprovantes;

i) Deverá ser possível cadastrar, via aplicativo, uma nova conta pré-paga para o usuário;

j) O usuário poderá adquirir créditos antecipados para sua conta pré-paga, utilizando cartão de débito, crédito ou PIX;

k) O Aplicativo deverá ter opção para informar ao usuário o saldo da conta cadastrada e poder utilizar deste saldo para ativação de tempo;

2.17.4 Dados mínimos para cadastro:

- a) CPF;
- b) Nome;
- c) Telefone;
- d) E-mail;
- e) Senha;

2.17.5 O Aplicativo deverá ter a possibilidade de visualização de extrato de uso da conta virtual com:

- a) Identificação da(s) placa(s) do(s) veículo(s);
- b) Data e hora de uso;
- c) Tempo de estacionamento;
- d) Valor debitado;
- e) Saldo Restante;

2.17.6 Quando o usuário optar por utilizar o sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento pelo APP, o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo:

- a) Nome completo;
- b) Nº do CPF ou CNPJ;
- c) Telefone;
- d) Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito, e débito de utilizações;

Administração 2025-2028

- e) Meios de pagamento do aplicativo no mínimo por:
- f) Cartão de crédito e débito;
- g) Pix;
- h) Ativação de créditos pré-pagos;

2.17.7 A Concessionária deverá disponibilizar aplicação mobile que permita ao usuário gerenciar conta virtual, realizar a compra de créditos, operações de estacionamento e pagamento pelo uso de vaga do Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, considerando ainda:

- a) Disponibilidade para sistema operacional iOS e ANDROID;
- b) Permitir acesso à conta virtual para alteração e inclusão de placa de veículo;
- c) Possibilitar operações de carga ou recarga de crédito;
- d) Possibilitar que o usuário realize operação de alocação e liberação da vaga;
- e) Consultar saldo e extrato de uso;
- f) Mostrar tempo de estacionamento em andamento;
- g) Emitir alerta, com tempo configurável, no término do período adquirido;
- h) A Concessionária deverá disponibilizar a venda de tickets através de aplicativos disponibilizados gratuitamente nas lojas virtuais, compatíveis com os sistemas operacionais iOS e ANDROID;

2.18 WHATSAPP

2.18.1 O Módulo WhatsApp, aplicativo mensageiro instantâneo popular que permite o envio e recepção de mensagens de texto em tempo real, deve oferecer solução virtual para registro e pagamento do estacionamento rotativo, através de crédito pré-pago adquirido via internet ou para estacionamento avulso sem cadastro prévio;

2.18.2 O número do telefone utilizado deverá obrigatoriamente ser certificado pela Meta Platforms. (*Obs. Para não ocorrer o risco do mesmo não ser banido pela plataforma Whatsapp);

2.18.3 Meios de pagamento:

- a. Pix;
- b. Ativação de créditos pré-pagos;

2.18.4 Na utilização do sistema de créditos eletrônicos pré-pagos de estacionamento pelo WhatsApp, o sistema deverá fornecer uma forma de controle destes créditos e ainda deverá estar vinculado obrigatoriamente a um cadastro do usuário contendo no mínimo:

- a. Nome completo;

Administração 2025-2028

- b. Nº do CPF ou CNPJ;
- c. Telefone;
- d. Esta conta deverá permitir a consulta por parte do usuário do histórico de operações de crédito, e débito de utilizações;

2.19 FISCALIZAÇÃO

2.19.1 O veículo que infringir as regras do Sistema de Estacionamento Rotativo estará sujeito à fiscalização e aplicação de penalidades, em conformidade com CTB;

2.19.2 A ausência de notificação no veículo para regularização do uso da vaga não isenta o usuário do pagamento da tarifa;

2.19.3 Para apoio a fiscalização do uso das vagas de estacionamento rotativo a Concessionária disponibilizará:

2.19.4 Veículo guardião em perfeitas condições de usos, licenciado e documentado;

2.19.5 PALM;

2.19.6 Monitores;

2.20 PALM

2.20.1 PALM é um Terminal Eletrônico de Notificação de Irregularidades para emissão de Autos de Infração pelos Agentes de Trânsito ou Polícia Militar;

2.20.2 O PALM será utilizado pelos Agentes de Trânsito ou Polícia Militar para imposição de penalidades aos usuários flagrados em situação de desrespeito ao regulamento do estacionamento rotativo;

2.20.3 O sistema de fiscalização do estacionamento rotativo deverá ser integrado ao painel do centro de controle;

2.20.4 O sistema para fiscalização do estacionamento rotativo deverá ser composto no mínimo, por uma série de itens como portal web, relatórios e aplicativo próprio do fiscal;

2.20.5 O aplicativo utilizado pelo fiscal do estacionamento rotativo deverá ser compatível com o sistema operacional Androide e funcionar diretamente e equipamento próprio a ser fornecido;

2.20.6 O equipamento utilizado pelo fiscal do estacionamento rotativo deverá ter no mínimo as seguintes configurações:

2.20.7 GPS integrado;

2.20.8 Tela de no mínimo 4 polegadas;

2.20.9 Ter impressora acoplada ou permitir impressora conectada via Bluetooth;

2.20.10 Possuir conexão WiFi, 3G ou superior;

2.20.11 O dispositivo deverá possuir camera fotográfica para efetuar os vídeos/fotos das infrações;

2.20.12 Os dados do fiscal para acesso ao sistema deverão ser cadastrados previamente no painel da central de controle, com pelo menos seu nome, CPF e RG;

2.20.13 A senha de acesso para o fiscal deve ser gerada automaticamente pelo sistema e só poderá ser substituída pelo painel de controle;

2.20.14 O aplicativo do fiscal deverá fazer consulta da placa, e o sistema deverá retornar o estado das ativações, informando o tempo restante. Em caso de ausência do pagamento da tarifa o aplicativo do fiscal informará ao centro de controle que a placa está irregular;

2.20.15 O aplicativo fiscal deve estar adequado ao novo padrão de placas permitindo a consulta de placa Mercosul;

2.20.16 O sistema que verifica o estado de ativação da placa deve checar se há uma ativação com a placa padrão antigo (LLL-NNNN) ou placa Mercosul (LLL-NLNN), evitando assim que um usuário que tenha ativado seu veículo com a placa no padrão antigo seja notificado caso o monitor informe a placa no padrão Mercosul ao sistema;

2.20.17 O monitor poderá notificar imediatamente o agente de trânsito fazendo uma videochamada para painel do centro de controle instalado no Trânsito, diretamente gerenciada pelo Agente da Autoridade de Trânsito responsável por fazer a autuação via vídeo chamada;

2.20.18 O Vídeo deverá ser realizado como uma chamada de vídeo, e ficar em fila de espera caso o Agente da Autoridade de Trânsito não atender;

2.20.19 Quando Agente da Autoridade de Trânsito solicitar uma imagem do veículo, imediatamente o aplicativo deverá receber uma videochamada possibilitando o registro da infração de multa pelo Agente, tudo feito em tempo real;

Administração 2025-2028

2.20.20 A videochamada deverá ser gravada no servidor do sistema, para acesso posterior, e ficar disponível um período mínimo de 60 dias no servidor do sistema, podendo o vídeo ser baixado localmente;

2.20.21 O aplicativo do fiscal deve enviar em tempo real a localização do monitor para painel do centro de controle;

2.20.22 O aplicativo deverá ter a capacidade de mostrar em tempo real a quantidade de carros estacionados no logradouro e a quantidade de vagas livres;

2.20.23 O aplicativo deverá guardar as informações de consulta localmente e no painel do centro de controle, com o estado da consulta do veículo, não permitindo omissão do monitor;

2.20.24 Todas as placas de veículos que forem consultadas deverão aparecer de forma organizada no painel do centro de controle por data, hora, local, número da placa e monitor responsável pela consulta;

2.20.25 O aplicativo do fiscal deverá permitir o cadastro de usuário motorista, permitindo acessibilidade ao sistema ANDROID ou IOS, o monitor poderá orientar e cadastrar novos usuários e orientá-los no cadastro pelo APP fiscal;

2.21 MONITOR

2.21.1 O monitoramento das vagas será realizado pela Concessionária através de seus monitores, devidamente treinados, capacitados e habilitados para essa atividade, e pelo carro guardião;

2.21.2 A Concessionária será responsável pelo pagamento dos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários, comerciais e outros que resultarem dos compromissos assumidos no contrato, ficando o PODER CONCEDENTE, isento de qualquer responsabilidade pelo pagamento dos encargos que competirem à mesma, tampouco se obrigando a restituições e reembolsos de valores principais e acessórios, despendidos com tais pagamentos;

2.21.3 O monitoramento consiste somente na rotina de verificação se todos veículos estacionados nas áreas destinadas a uso realizaram o pagamento da tarifa de acordo com a legislação municipal;

2.21.4 No momento da consulta on-line é retornado o Status da placa;

2.21.5 O monitoramento será realizado com sistemas informatizados com o acesso à internet, através de Terminais Eletrônicos POS ou Veículo Guardiã, para registro de imagens georreferenciadas de eventuais ocorrências e envio de notificações para os Agentes de Trânsito em tempo real;

2.21.6 O Terminal Eletrônico POS deverá conter aplicativo com tecnologia de leitura de imagens do tipo OCR (Optical Character Recognition), capaz de realizar a leitura da placa do veículo para efetiva consulta sem que o Monitor precise digitar o número da placa;

2.21.7 O Terminal Eletrônico POS transmitirá e receberá dados através de conexão remota com o Banco de Dados Central, onde todos os dados estarão armazenados;

2.21.8 Após a recepção da ocorrência de irregularidade de estacionamento (falta de pagamento da tarifa), o Terminal Eletrônico POS encaminhará automaticamente os dados para o sistema de gerenciamento;

2.21.9 As notificações, imagens e informações lançadas no sistema de gestão serão armazenadas em Banco de Dados para análises futuras, incluindo a ação dos Monitores, e emissão de relatórios estatísticos do Módulo de Gestão;

2.21.10 Somente irão monitorar as vagas irregulares e auxiliar os munícipes, não podendo estes receber qualquer tipo de pagamento de tarifas do estacionamento rotativo.

3 DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DOS EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS

3.1 PARQUÍMETROS

3.1.1 Os parquímetros devem atender no mínimo os requisitos abaixo:

3.1.2 Devem ser resistentes a sol e chuva;

3.1.3 Deverá possuir a robustez necessária para instalação em vias públicas e ser resistente a vandalismo com conexão de dados, para realização de operações em tempo real, com configuração simultânea e envio à central dos registros realizados;

3.1.4 Aceitar pagamento/recarga do app através de cartão de débito, crédito, PIX, boleto bancário, cédula e moeda;

3.1.5 Possuir dispositivo de proteção física do equipamento;

3.1.6 Possuir tampa resistente para fechar o parquímetro outdoor durante a noite;

3.1.7 Possuir capacidade de gerar e armazenar energia solar;

3.1.8 Dar informações ao Usuário da:

Administração 2025-2028

- a. Data e hora;
- b. Valor da tarifa;
- c. Tempo máximo de estacionamento;
- d. Tempo de Tolerância;
- e. Telefone e e-mail para contato com a Concessionária;
- f. Deverá Informar a placa do veículo;
- g. Informar o período de tempo desejado;
- h. Consultar se dispõe de saldo, caso esteja utilizando saldo da conta virtual;
- i. Os parquímetros deverão ser do tipo multivagas, interligados ao servidor central e deverão registrar a ativação da vaga eletronicamente, não impondo ao usuário que retorne ao veículo para colocar o recibo. Deve funcionar on-line, ou seja, em tempo real para que o acompanhamento por parte dos monitores seja eficaz;
- j. Os parquímetros deverão ter capacidade de configuração para atender condições diferenciadas e específicas dos parâmetros de operação;
- k. A configuração deverá ser feita através de software de retaguarda ou programação, com sistema de segurança para bloquear acesso de pessoas não autorizadas;
- l. Possuir teclado alfanumérico sensível ao toque (touch) para digitação e operação de todas as interações com o usuário;
- m. Possuir display gráfico colorido possibilitando mensagens e/ou orientação aos usuários a respeito dos procedimentos nas transações ou consultas, para melhor visualização de idosos, com números grandes, evitando erros;
- n. Possuir filtro de privacidade;
- o. Emitir bilhete comprovante da aquisição do direito de estacionar;
- p. Possuir sistema de monitoramento, tipo NOC, para se saber em tempo real se o parquímetro está ativo ou com problema (Desligado, aplicação travada, perda de pacote, etc...);
- q. Deverá monitorar o estado operacional de cada parquímetro e manter o controle das sessões vendidas, por qualquer processo, incluindo a placa do veículo que utilizará;
- r. Possuindo painel com o status de cada parquímetro, monitorando seu status, perda de pacotes, etc;
- s. Possibilitar a recarga de créditos em conta pré cadastrada;
- t. Possibilitar a consulta de débitos com o estacionamento rotativo;
- u. Exibir extrato de créditos/débitos da conta pré-paga do usuário cadastrado;

3.2 CARRO GUARDIÃO

3.2.1 DEVERÁ ATENDER NO MINIMO AS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO:

- a. O veículo não poderá ter mais que 3 anos de uso a contar da data da fabricação;
- b. Como prática de mitigação, bem como redução de emissões de gases de efeito estufa, será obrigatório que, o carro guardião seja 100% movido a eletricidade, recusando assim qualquer outro tipo de veículo a combustão, gas ou híbrido.
- c. Ter quatro câmeras e Monitorar os dois lados da via com duas fotos por veículo;

Administração 2025-2028

- d. Demonstrar fiscalização do estacionamento rotativo através de veículo dotado com câmeras de tecnologia OCR/LRP com uma velocidade mínima de 30km/h;
- e. Deverá ler corretamente no mínimo 85% das placas na velocidade mínima de 30km/h;
- f. O sistema de leitura automática de placas de veículo deverá funcionar integrado ao painel de controle e enviar todas as informações, de placa, local, horário, data e estado de regularização da placa capturada. (ativo ou pendente);
- g. O sistema de leitura de placas veiculares deve possuir GPS integrado com precisão para identificar o local exato de leitura e mostrar a Geolocalização do veículo no mapa depois de reconhecido;
- h. O sistema de reconhecimento/leitura automática de placas de veículos deve ter capacidade de ler e reconhecer no mínimo 4 placas por segundo;
- i. O sistema de leitura automática de placas de veículo deve só enviar para o sistema de autuação de veículos, quando a mesma placa for lida em um intervalo de tempo superior a 10 minutos, e permitir que o tempo seja configurado;
- j. A rota percorrida pelo veículo com o sistema de leitura automática de placas de veículo deve ficar registrada no centro de controle do sistema de estacionamento rotativo;
- k. O sistema de controle de leitura automática de placas deverá registrar a quantidade de placas lidas, quilometragem percorrida, quantidade de veículos regularizados e quantidade de veículos irregulares;
- l. O sistema de leitura automática de placas com comunicação via 3G ou superior deverá possuir certificado da ANATEL, uma vez que será instalado em veículos, devidamente equipados para operar diariamente no sistema de zona azul;
- m. O sistema de leitura automática de placas deve possuir painel de configuração (setup) para ajustes de captura;
- n. O sistema lap deverá ter um computador de bordo integrado;
- o. O sistema de bordo deverá informar o status das placas lidas, (ativo ou sem ativação) para o condutor do LAP;
- p. O computador de bordo deverá informar o local de leitura das placas ao reconhecer o veículo e controlar o período de 10 minutos antes de enviar a central;
- q. O sistema de bordo deverá possuir tela touch screen de no mínimo 7 polegadas;
- r. O sistema de bordo deverá mostrar a lista de veículos reconhecidos em tempo real;
- s. A listagem de veículos do sistema de bordo deve permitir que o condutor selecione o veículo e veja no mapa o local de leitura, assim como permitir que ele acione o GPS para ir até o local;
- t. O condutor do veículo poderá acionar uma das quatro câmeras na tela para fazer o vídeo e enviar para a central;
- u. O condutor poderá selecionar a opção de autuação e enviar vídeo direto para a central de monitoramento;
- v. O sistema do veículo OCR deverá enviar mensagem de notificação para usuário via whatsapp ou sistema de mensagem (SMS), informando sobre tarifa pós utilização.

3.3 EQUIPAMENTOS PONTO DE VENDAS:

3.3.1 Deverá possibilitar pagamento em dinheiro (espécie), cartões de débito, crédito, PIX e boleto bancário;

3.3.2 A impressão das transações feitas no P.O.S devem ser feitas no próprio equipamento e deverão conter no mínimo os seguintes dados:

- a. Placa;
- b. Hora do início do estacionamento;
- c. Hora do término do estacionamento;
- d. Tempo ativado;
- e. Valor;
- f. Identificação do Ponto de venda;
- g. Identificação do operador e número sequencial único do cupom;
- h. O modulo deverá funcionar em equipamento de P.O.S ou equivalente, com impressora integrada ao corpo e permitir conexão 3G com certificação Anatel;
- i. A certificação válida, deverá ser apresentada no início da prova de conceito, sob pena de desclassificação, pois o equipamento não será admitido na Prova de Conceito;

3.4 EQUIPAMENTOS MONITOR:

3.4.1 Terminal Eletrônico (P.O. S);

3.4.2 Cada Monitor deverá estar munido de Terminal Eletrônico (P.O. S), carregado e pronto para o uso, contendo todos os requisitos para a operação do sistema;

3.4.3 O terminal eletrônico deverá ser portátil;

3.4.4 Ter como premissa trabalhar de forma on-line conectado a central de gestão e processamento;

3.4.5 Obrigatoriamente deverá ter a função de impressão, podendo ser conectado, se necessário, a uma impressora portátil se este não vier a ter esta característica;

3.4.6 Possuir recurso de ativações avulsas de tempo serem realizados off-line, caso haja perda de sinal de internet por parte da operadora. As vendas deverão ser sincronizadas posteriormente quando sinal retornar ou através de conexão wi-fi. Para acessar o sistema de vendas off-line será obrigatório que seja inserido uma senha para evitar fraudes. Esta senha deve ser gerada e param de funcionar depois de um determinado tempo. Isso protegerá para que não sejam realizadas transações off-line sem autorização de superiores;

3.4.7 Impressora Portátil para monitores;

3.4.8 As Impressoras Portáteis serão disponibilizadas juntamente com os Terminais para Emissão de Bilhetes (P.O.S.), devendo ser do tipo portátil, apropriadas para uso em campo;

3.4.9 A impressão deverá ser térmica, não necessitando de cartuchos, fitas, ou qualquer outro item que precise ser substituído continuamente;

3.4.10 A largura do papel a ser utilizado deve ser de, no mínimo, 57 mm;

3.4.11 A velocidade de impressão deve ser de, no mínimo, 80 mm/segundo;

3.4.12 A impressora deverá se comunicar ao coletor eletrônico através de tecnologia Bluetooth, permitindo dessa forma, praticidade em seu uso pelos operadores;

3.4.13 A impressora deve ter certificação de homologação emitida pela ANATEL, que devem ser apresentados junto com a documentação de habilitação, sob pena desclassificação;

3.5 PLATAFORMA DE GESTÃO:

3.5.1 Deverá ser fornecida pela concessionária, como parte integrante do serviço prestado, uma aplicação de Gerenciamento da Área Tarifada e gestão de mobilidade urbana para o Município, que deverá ser WEB com as seguintes características funcionais mínimas:

- a. Deverá possuir um portal web;
- b. Deverá possuir autenticação no sistema (login);
- c. Deverá possuir o cadastro de perfis;
- d. Deverá possuir o cadastro de usuários;
- e. Os lotes de cupons serão liberados para comercialização por servidor da Concedente através da Plataforma de Gestão, tornando possível controlar a venda de cupom;
- f. Configuração de valores e tempo correspondente, não havendo necessidade de atualizar aplicativos e/ou dispositivos;
- g. Ser capaz de fazer o cadastro de perfis;
- h. Ser capaz de configurar o valor da tarifa de pós-utilização, não havendo necessidade de atualizar aplicativos e/ou dispositivos;
- i. Ser capaz de configurar o tempo de tolerância que o usuário terá para ativar, o tempo na placa após ser notificado, não havendo necessidade de atualizar aplicativos e/ou dispositivos;
- j. Ser capaz de configurar a administração dos serviços de forma a produzir relatórios gerenciais e estatísticos a partir do processamento de dados produzidos nos equipamentos eletrônicos de gerenciamento das vagas e dos equipamentos utilizados para o monitoramento;
- k. Apresentar o faturamento por período, Analítico e Sintético;
- l. Apontar os veículos irregulares por período;
- m. Apresentar a quantidade de consultas de cada monitor por período;

Administração 2025-2028

n. Apresentar a quantidade de apontamentos de irregularidades por monitor por período;

o. Deverá prover para a concedente, visibilidade sobre o controle, a geração e emissão da numeração dos e-Tickets de forma a evitar fraudes, permitindo ainda que a concedente gere lotes de cupons para comercialização e contar com a emissão de relatório sobre o uso dos mesmos. Na geração de lotes de cupons para comercialização deve-se ficar registrado a quantidade gerada e nome do usuário que realizou a geração;

3.5.2 Deverá ser capaz de emitir relatórios de gestão tais como:

a. Arrecadação do sistema, incluindo relatórios por Ponto de Venda, por data e resumos totalizadores sobre a arrecadação em determinado período;

b. Horas de estacionamento comercializadas/utilizadas (dia/mês);

c. Utilização por tipo de pagamento (dia/mês);

d. Características de TI;

e. O software aplicativo deve ser web (acesso via Internet) para desktop;

f. Deve oferecer alta disponibilidade e velocidade de acesso aos dados do sistema;

g. Deve permitir configurações e parametrizações para as ações e elementos que compõem o sistema, tais como: perfil de acesso, tipos recursos, horários, pessoas, eventos entre outras necessárias a operacionalização;

h. Oferecer acessos online ao Poder Concedente para monitorar, fiscalizar e auditar a operação do estacionamento rotativo em tempo real;

i. Oferecer aos usuários rotinas que facilitem o acesso às informações para utilização do estacionamento rotativo;

j. Encaminhar ao usuário notificação toda vez que ocorrer movimentação em sua conta virtual;

k. Gerenciar e emitir Avisos de Irregulares do uso das vagas do estacionamento;

l. Gestão de Aplicativo de Celular;

m. Facultar ao usuário manter um saldo eletrônico a ser utilizado em sessões de estacionamento, que deverão ser iniciadas mediante simples ativação de sua conta (alocação da vaga), oferecendo ao usuário a opção de escolher as formas de pagamento para esse meio, conforme expresso neste Termo;

n. Essa gestão deverá ser possibilitada através da instalação no telefone celular do usuário de aplicativo compatível no mínimo com os sistemas operacionais iOS e ANDROID;

o. O aplicativo disponibilizado em qualquer dos casos não deverá ter custo ao usuário;

p. O recibo de pagamento correspondente deverá ser enviado no endereço eletrônico do usuário ou via SMS, ou outro tipo de mensagem instantânea originadas pelo próprio sistema.

3.6 DA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

3.6.1 A Concessionária deverá garantir a atualização tecnológica dos produtos e dos processos que compõem o Sistema de Estacionamento Rotativo Pago, sem qualquer alteração nos custos para o usuário e/ou Poder Concedente;

Administração 2025-2028

3.6.2 As atualizações tecnológicas deverão garantir as características técnicas mínimas exigidas neste Projeto Básico;

3.6.3 Para alterar, substituir ou excluir qualquer das exigências previstas neste Projeto Básico, a concessionária deverá ter a aprovação prévia do Poder Concedente;

4 OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

4.1 A Concessionária será responsável pelo objeto da concessão, respondendo pelo fiel cumprimento do Contrato, devendo manter os trabalhos sob sua supervisão direta, independentemente de estes trabalhos serem executados por ela própria ou por subcontratadas autorizadas pelo Município;

4.2 O representante da Concedente poderá exigir medidas de segurança adicionais na área de abrangência do Projeto, como também poderá suspender os trabalhos temporariamente até que as medidas de segurança sejam consideradas suficientes;

4.3 A Concessionária é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

4.4 O não cumprimento, pela Concessionária, dos encargos trabalhistas, bem como das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho, poderá importar na rescisão do Contrato, se não regularizado em até 30 dias;

4.5 A contratada deverá cumprir a lei 4.853/2022 o qual informa que a empresa contratada fica obrigada a disponibilizar 10% das vagas do contrato de empresas terceirizadas com pelo menos dez empregados com jovens de 18 a 29 anos em busca do seu primeiro vínculo empregatício, segue anexo a esse termo a lei 4.853/2022.

4.6 A contratada deverá cumprir a lei 4.971/2023 o qual estabelece o programa municipal de contratação de mulheres vítimas de violência doméstica.

5. DA OBRIGAÇÃO DA CONCEDENTE

5.1 Comunicar à Concessionária, com a antecedência necessária, observando o prazo de 10 (dez) dias úteis, no mínimo, qualquer alteração na Concessão, desde que não altere o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

5.2 Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares da concessão, as cláusulas contratuais, aplicar as penalidades inerentes e exercer a fiscalização de trânsito prevista no Código de Trânsito Brasileiro;

Administração 2025-2028

5.3 Efetuar fiscalização do serviço objeto desta licitação, por meios próprios, ou por convênio com a Polícia Militar aplicando as penalidades aos infratores e que deixarem de efetuar o pagamento das tarifas e arrecadando as multas decorrentes;

5.4 Garantir a eficácia do sistema de estacionamento regulamentado, objeto da presente concessão, dando pleno apoio à concessionária na sua atuação, colocando agentes de trânsito com poder necessário de atuação, de acordo com o estabelecido neste projeto, e aplicar as penalidades prevista no CTB, através dos sistemas de gestão on-line, aos veículos que deixarem de efetuar o pagamento do estacionamento regulamentado;

5.5 Fazer as autuações das penalidades previstas no CTB, apontadas pelo carro guardião e monitores;

5.6 Intervir na concessão nos casos e condições previstos em lei;

5.7 Extinguir o contrato nos casos previstos em lei;

5.8 A Concedente se obriga a proceder à análise e aprovação do projeto implantado e submetido pela Concessionária, de acordo com o projeto básico, autorizando em seguida o início da operação;

5.9 A Concedente se obriga a liberar as áreas objeto do Contrato totalmente desembaraçadas administrativa e judicialmente, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da data da assinatura do Contrato;

6. PRAZO DO CONTRATO

6.1 O Prazo da Concessão será de 3 (três) anos, renovável por igual período;

6.2 QUANTIDADE DE VAGAS:

6.2.1 Mínimo de 1.200 (mil duzentas) vagas;

6.2.2 A quantidade das vagas dentro do município, poderá ser aumentado a qualquer momento a partir do início do contrato, desde que em acordo com a empresa vencedora, respeitando os percentuais de monitores e parquímetros por vagas;

6.2.3 Após feito o aumento da quantidade das vagas, elas só poderão ser retiradas novamente ou trocadas de lugar, respeitando os limites mínimos e o equilíbrio financeiro do contrato que é baseado em horas utilizadas e em acordo com ambas as partes;

6.3 HORARIO DE OPERAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO

6.3.1 De segunda a sexta das 08:00 h as 18:00 h, podendo ser alterado;

6.3.2 Sábados das 08:00 h as 13:00 h;

6.3.3 Nos Sábados, domingos, feriados e pontes de feriados, os horarios de funcionamento poderão ser extendidos até as 00h00 através de decreto, em eventos específicos, em acordo com o calendário municipal e com a anuência da empresa;

6.3.4 Nessas ocasiões especiais a alteração deverá contar com comunicado antecipado a população em geral, de no mínimo 15 dias corridos;

6.3.5 Deverá haver placas de sinalização viária com a informação correta do horario de cobrança, para que possa ser efetivada as autuações em conformidade com o CTB;

6.3.6 O período máximo de estacionamento em uma mesma vaga será de 2 (duas) horas, salvo em locais definidos, demarcados e sinalizados como "extraordinário" (hospitais, escolas, etc.) pelo Setor responsável, que poderá ter seu limite de até 3 horas;

6.4 TARIFA

6.4.1 O valor das tarifas será estipulado pelo poder concedente em decreto, respeitando os horários de funcionamento, bem como a área de operação;

6.4.2 Para início do contrato o valor da hora será de R\$2,00 (dois reais) para veículo de 3 a 4 rodas (triciclo, carro) e;

6.4.3 Para início do contrato o valor da hora será de R\$1,00 (um real) para veículo de 2 rodas (motos);

6.4.4 Sera declarada vencedora, a empresa que ofertar maior TAXA DE OUTORGA sobre o valor do ticket/hora;

6.4.5 Não haverá o fracionamento de horas;

6.4.6 Para os casos da compra antecipada, quando retirado o veículo da vaga, não será devolvido o valor correspondente ao saldo do tempo não utilizado;

6.4.7 Após o reajuste, poderá haver aumento nos valores, mas o cálculo do tempo permanecerá o mesmo;

Administração 2025-2028

6.4.8 Os valores recebidos pela contratada referentes a pós-utilização, ficará com a concessionária sem a necessidade de repasse dos valores, porém será computado as horas regularizadas pela empresa e descontado do saldo dos tickets/horas adquiridos por ela.

6.5 REAJUSTE

6.5.1 Os reajustes do valor da tarifa serão efetuados anualmente seguindo os índices do IGPM, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato mediante a solicitação da concessionária, sempre no primeiro trimestre de cada ano;

6.5.2 Após o primeiro trimestre de cada ano não será aceito a solicitação de reajuste, devendo a concessionária solicitar no primeiro trimestre do próximo ano caso não haja justificativa para o atraso do pedido de reajuste;

6.5.3 O reajuste da tarifa deverá ter duas casas decimais;

6.5.4 Caso a segunda casa decimal for diferente de 0 (zero), o valor da tarifa deverá ser arredondado para múltiplos de R\$0,10 (dez centavos) para mais ou para menos, facilitando a cobrança;

6.5.5 Deverá ser arredondado para menos quando o final do valor da segunda casa decimal estiver entre 1 (um) e 4 (quatro) centavos, e deverá ser arredondado para mais, quando o final do valor da segunda casa decimal estiver entre 5 (cinco) e 9 (nove) centavos;

6.5.6 Ex.: se o valor do reajuste ficar em R\$1,14, deverá ser arredondado para R\$1,10. Se o valor do reajuste ficar em R\$1,15 deverá ser arredondado para R\$1,20;

6.5.7 Não terá lugar à revisão de tarifas quando a justificativa do pedido de revisão que se fundamentar na ocorrência de erros ou omissões quanto aos elementos considerados na elaboração da Proposta de Preços da Concessão do Serviço;

6.5.8 Em pleno acordo de ambas as partes, por escrito, poderá não haver aumento de tarifa, ficando o reajuste para o próximo ano, caso seja necessário;

6.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS E FORMULA DO VALOR DA OUTORGA E PENALIDADE

6.6.1 Deverá ser efetuado o pagamento antecipado da outorga, calculado sobre os tickets/horas a serem liberados pela Concedente;

6.6.2 A primeira compra não poderá ser inferior a 300.000 (trezentos mil) tickets/horas e as demais compras de no mínimo 100.000 (cem mil) tickets/horas;

Administração 2025-2028

6.6.3 Após a solicitação pela empresa para que seja emitido o boleto para pagamento referente a liberação de tickets/horas, o prazo para pagamento após a emissão do boleto, será de no máximo 5 dias uteis;

6.6.4 Caso a empresa atrase o pagamento e deixe o boleto vencer, para emissão de novo boleto, será cobrado multa de 2% do valor do boleto emitido;

6.6.5 A partir da 2ª compra em diante, só será liberado o boleto para pagamento da compra antecipada após apresentação:

6.6.6 Da emissão da nota fiscal de serviço do período, somando os tickets/horas vendidas antecipadas mais os tickets/horas pagos pós utilização (via regularização);

6.6.7 Para o cálculo será utilizado a fórmula:

$VO = (QT \times VT) \times TO$; sendo:

VO = valor da outorga;

QT = quantidade de tickets;

VT = valor do ticket;

TO = taxa ofertada;

Exemplo:

Sendo o valor do ticket/hora = R\$ 2,00 (dois reais) a hora;

TAXA OFERTADAS = 10%;

Valor da outorga = $(20.000 \text{ (quantidade de tickets/horas)} \times R\$2,00 \text{ (valor ticket/hora)}) \times 10\%$ (taxa ofertada);

$(20.000 \times R\$2,00) \times 10\% = R\$ 4.000,00$;

Valor da outorga do exemplo é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por compra;

6.6.8 Os valores deverão ser pagos de forma antecipada para liberação das vendas dos tickets/horas;

6.6.9 Após o pagamento, o Poder Concedente terá até 24 horas para liberação dos tickets/horas para venda;

6.6.10 O Poder Concedente terá acesso ao sistema para consulta de relatórios de vendas;

6.6.11 A autorga não será extensiva à tarifa de pós utilização;

Administração 2025-2028

6.6.12 Quando o saldo dos tickets/horas for menor que 5.000 tickets/horas, deve ser efetuada nova compra, conforme descrito acima;

6.6.13 Caso o saldo chegue a 3.000 horas ou menos, sem que tenha feita nova compra de outorga por parte da requerente, lhe será cobrado multa do Valor de Outorga equivalente a 1.000 tickets/horas, que deverão ser pagos antes da compra de novos tickets/horas;

6.6.14 Sem o pagamento da multa não será liberado nova outorga;

6.6.15 Caso o saldo de tickets/horas da empresa se esgote, sem que haja nova compra, lhe será cobrada outra multa do Valor de Outorga equivalente a 5.000 tickets/horas e o serviço de estacionamento rotativo deverá ficar suspenso;

6.6.16 Se em até 30 dias após o término do ticket/hora da empresa, não for pago as multas e efetuada nova compra, fica o contrato cancelado imediatamente, ficando as multas inscritas em dívida ativa no setor fiscal da Prefeitura de CATAGUASES - MG;

6.6.17 A recusa injustificada em assinar o Contrato caracteriza inexecução total do objeto e acarretará à empresa vencedora multa no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor estimado anual para o contrato;

6.6.18 Pela inexecução total ou parcial do Contrato o Município notificará a Concessionária, a qual será concedido o prazo 10 (dez) dias úteis para regularização;

6.6.19 Não havendo a regularização, o poder CONCEDENTE poderá abrir um processo administrativo, com direito ampla defesa, estando sujeito à rescisão contratual, sem prejuízos das demais penalidades seguintes:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos;

7. ESTUDO DE VIABILIDADE ECONOMICA FINANCEIRA

7.1.1 A planilha de custo apresentada, representa um estudo realizado pelo Município, cabendo a cada licitante formular a sua, com base nos impostos a elas estabelecidos;

7.1.2 Os valores médios mensais apresentados na tabela abaixo contém ausência de taxa de crescimento do número de usuários e outros fatores alheios (econômicos, naturais, etc.) que podem influenciar para maior ou para menor a utilização de vagas, também não foram considerados, fazendo parte do risco do negócio, as ser considerados pelas licitantes;

7.1.3 A Remuneração Financeira do Capital Próprio ou Financiado deverá ser considerado

taxa de mercado (preferencialmente IGPM) praticada no momento do estudo;

7.1.4 Outro fator a ser considerado refere-se à margem bruta onde foi determinada de forma a equilibrar o orçamento de receita apresentado e as despesas relacionadas abaixo. O resultado final é sujeito às incertezas normais do negócio, não cabendo responsabilidade à Contratante e em justificativas à Contratada por desvios, mesmo que significativos, com os valores do estudo.

7.1.5 O Município, no intuito de comprovar a total viabilidade das operações e de todas as soluções previstas neste certame, apresenta dados estimativos para elaboração do cálculo das estimativas de arrecadação e repasse;

7.1.6 A quantidade mínimas de vagas estimadas conforme projeto anexo é de 1012 (mil e doze) vagas de automóveis (podendo ser ampliada conforme necessidade da Administração) e de 188 (cento e oitenta e oito) vagas de motocicletas;

7.1.7 HORÁRIO DE OPERAÇÃO DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO:

7.1.8 De segunda a sexta das 08:00 h as 18:00 h, podendo ser alterado;

7.1.9 Sábados, das 08:00 h as 13:00 h, podendo ser alterado;

7.1.10 O período máximo de estacionamento em uma mesma vaga poderá ser de até 3 (três) horas em locais definidos como utilização extraordinária pelo setor responsável;

7.1.11 VALORES ESTABELECIDOS POR HORA POR VEÍCULO:

7.1.12 R\$ 2,00 (dois) por hora (60 minutos) para automóveis;

7.1.13 R\$ 1,00 (um real) por hora (60 minutos) para motocicletas;

7.1.14 PERÍODO DE CONCESSÃO:

7.1.15 3 (três) anos, podendo ser prorrogado por igual período;

7.1.16 Previsão estimada por ano de horas vendidas:

7.1.17 Será levado em consideração as horas pagas.

7.1.18 Outorga:

7.1.19 A outorga será repassada no momento da liberação de créditos, ou seja, a

Administração 2025-2028

concessionária terá de solicitar a quantidade de créditos a ser utilizados com antecedência de 48 horas, passando ao erário antecipadamente o percentual ora proposto a CONCEDENTE;

7.1.20 O valor mínimo da outorga a ser ofertada é de 8,5% (oito e meio por cento) da arrecadação total conforme orçamentos anexo.

7.1.21 sendo desclassificada a que ofertar percentual inferior;

7.1.22 Sera declarada vencedora, a empresa que ofertar maior TAXA DE OUTORGA sobre o valor do ticket/hora;

7.2 NOTIFICAÇÕES:

7.2.1 O prazo para ativação de tempo após a notificação será de 15 minutos, sendo esse tempo de tolerância para se regularizar;

7.2.2 O tempo para pagamento da tarifa, sera de até 72 horas após a notificação e caso não seja feito o pagamento da tarifa, poderá ser lavrado a autuação em conformidade com o CTB;

7.2.3 As autuações serão realizadas após o vencimento do periodo para regularização da tarifa, para as pós-utilização não paga;

7.2.4 O usuário que tiver débito de pós-utilização vencido, deverá se regularizar antes de fazer nova aquisição;

7.2.5 Decorrido o prazo para ativação ficará subentendida a opção do usuário pela tarifa da pós-utilização;

7.2.6 A tarifa de pós-utilização terá o valor equivalente a cinco vezes o valor da tarifa de 60 minutos estacionado.

7.2.7 A implemetanção da tarifa pós-utilização somente podera ser cobrada após corrido 30 dias úteis da instalação do sistema.

7.3 QUANTITATIVOS:

7.3.1 1 monitor a cada 200 (duzentas) vagas;

7.3.2 1 PDV a cada 100 (cem) vagas;

7.3.3 1 parquímetros para cada 150 (cento e cinquenta) vagas. (*obs: sendo pelo menos um que aceite notas e moedas);

7.3.4 2 (dois)palms para fiscalização;

7.3.5 01 (um) veiculo elétrico - Carro Guardião, com 2 câmeras OCR e 2 panorâmicas ;

7.3.5 01 (um) veículo elétrico - Carro Guardião, com 2 câmeras OCR e 2 panorâmicas ;

8. VISITA TÉCNICA

8.1.1 O Atestado de Visita Técnica será facultativo;

8.1.2 A visita técnica poderá ser realizada em até 05 (cinco) dias úteis antes da data prevista para a abertura dos envelopes e poderá ser agendado junto o setor de Trânsito através do telefone (32) 3429-2522 ou por e-mail catranscataguases@gmail.com, das 8h00 até às 16h30, de segunda a sexta feira;

8.1.3 A empresa que não vier na visita técnica, não poderá questionar sobre dúvidas sobre as vias onde há as vagas existentes e o locais onde poderão ser aumentadas as ruas com cobrança de estacionamento rotativo, nem tão pouco sobre a facilidade ou dificuldade para a instalação dos parquímetros;

9. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA

9.1.1 Documentos conforme edital.

9.2 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.2.1 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome da LICITANTE, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a experiência da LICITANTE em implantação e operação de sistemas eletrônicos de monitoramento de vagas rotativas, com geração de dados em tempo real, através de e sistemas informatizados no total de 600 (seiscentas) vagas, além dos seguintes serviços, já considerados como parcela de maior relevância para o certame (para tais comprovações, admite-se somatório porem não serão aceitos atestados de aluguel de equipamentos ou testes):

9.2.2 Para efeito de comprovação da qualificação técnica da EMPRESA, não será exigido CAT (Certidão de Acervo Técnico) haja vista que o CREA não acerva atestados em nome de pessoa Jurídica.

9.2.3 Experiência em implantação e operação de sistemas eletrônicos de monitoramento de vagas rotativas em logradouros públicos, com geração de dados em tempo real, através de sistemas considerados, execução de projetos e implantação de sinalização vertical e horizontal em vias e logradouros públicos municipais, devidamente acervado pelo órgão competente;

9.2.4 Comercialização de vagas/tickets através de aplicativos para smartphones, com possibilidade de pagamentos via PIX, cartão de crédito, débito e boleto bancário;

9.2.5 Comercialização de vagas através de whatsapp,

9.2.6 cartão de crédito débito, PIX e boleto;

9.2.7 Comprovação de operação de no mínimo 4 (quatro) parquímetros ;

9.2.8 Disponibilização, implantação operação de cameras OCR embarcadas em veículos automotores;

9.2.9 Disponibilização, implantação operação de equipamentos de fiscalização e

monitoramento com leitura automática de placa (OCR);

9.2.10 Disponibilização de sensor vagas;

9.2.11 Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, por meio da apresentação de Certidão de Acervo Técnico expedida em nome do RESPONSÁVEL TÉCNICO, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a experiência em implantação e operação de sistemas eletrônicos de monitoramento de vagas rotativas em logradouros públicos, com geração de dados em tempo real, monitores, software, parquímetros, carro guardião de fiscalização, execução de projetos, implantação de sinalização vertical/horizontal, devidamente acervado pelo órgão competente CAU ou CREA, comprovando bom desempenho nos seguintes itens já considerados como parcela de maior relevância;

9.2.12 Para efeito de comprovação da qualificação técnica do RESPONSÁVEL TÉCNICO, será exigido CAT (Certidão de Acervo Técnico) haja vista que o Órgão competente (CAU/CREA) acervam atestados em nome de pessoa física.

9.2.13 Não serão aceitos atestados de testes ou aluguel de equipamentos.

9.2.14 Comercialização de vagas/tickets através de aplicativos para smartphones, com possibilidade de pagamentos via PIX, cartão de crédito, débito e boleto bancário

9.2.15 Comercialização de vagas através de whatsapp,

9.2.16 cartão de crédito débito, PIX e boleto;

9.2.17 Disponibilização, implantação e operação de equipamento de fiscalização, monitoramento e videomonitoramento em tempo real de veículos estacionados em logradouros públicos;

9.2.18 Disponibilização, implantação e operação de câmeras OCR embarcadas em veículos automotores;

9.2.19 Disponibilização de sensor vagas;

9.2.20 A comprovação da relação jurídica mantida com os profissionais em nome dos quais os Acervos Técnicos acima referidos forem emitidos poderá ser feita por meio de:

9.2.21 Carteira de Trabalho e previdência social – CTPS do empregado, contendo a qualificação e o registro do empregado;

9.2.22 Contrato de prestação de serviços;

Administração 2025-2028

9.2.23 Comprovante de vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado;

9.2.24 O atestado poderá ser acervado pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, juntamente com a Certidão de Acervo Técnico expedida em nome do responsável técnico da proponente, conforme o caso, integrante de seu quadro permanente;

9.2.25 A Comissão Permanente de Licitação poderá realizar diligências a fim de verificar a veracidade dos documentos apresentados;

9.2.26 O responsável técnico da Proponente deverá apresentar Certidão de Registro e Quitação de pessoa física, expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA – ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU;

9.2.27 Qualquer Certidão apresentada, em que não conste expressamente seu prazo de validade, será considerada válida por 30 (trinta) dias, contados da sua emissão;

9.2.28 As certidões emitidas via “INTERNET”, serão tidas como suficientes à perfeita comprovação da habilitação, respondendo a empresa pela sua veracidade e autenticidade, nos termos da legislação. Entretanto, estarão sujeitas a verificação de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações;

9.2.29 Todos os documentos deverão ser apresentados mediante cópia autenticada por Tabelião de Notas (Cartório), por via autenticação digital com a certidão de veracidade ou por servidor público ligado a licitação, desde que as cópias estejam acompanhadas do documento original;

9.2.30 A comissão poderá solicitar caso julgue necessário, o contrato de prestação de serviços que gerou o atestado de capacitação técnica.

10. PROVA DE CONCEITO

10.1 Após a habilitação da empresa classificada em 1º lugar, o Poder Concedente deverá atestar que os equipamentos e sistemas ofertados pela EMPRESA atendem plenamente aos requisitos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos, podendo ainda solicitar a demonstração de qualquer item exposto nesse termo.

10.2 A comissão técnica será composta pelos seguintes servidores: Virgílio Soares do Bem, Vânia Aparecida Dias Silvério e Rogério Werneck Athouguia.

10.3 A comissão será responsável pela análise da prova de conceito e demais documentos que o agente de contratação solicitar auxílio.

Administração 2025-2028

10.4 Após encerrada a análise da documentação de habilitação será realizada a Prova de Conceito pela EMPRESA classificada em 1º (primeiro) lugar, o qual deverá ser em escala real;

10.5 Caso ocorra a desclassificação da 1ª (primeira) colocada, a EMPRESA subsequente será convocada, conforme ordem de classificação das Propostas Comerciais, até que se encontre aquela que atenda aos requisitos solicitados;

10.6 A EMPRESA deverá disponibilizar todos os equipamentos e softwares necessários para a demonstração e testes de validação;

10.7 A EMPRESA terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis podendo ser prorrogado por igual período desde que autorizado pela Administração e solicitado dentro do prazo definido, após ser declarada vencedora, para apresentação, em escala real, dos sistemas, de todos os equipamentos e qualquer aparelhamento necessário para o funcionamento e fiscalização do sistema, conforme descrito no Termo de Referência (anexo I);

10.8 A Comissão Técnica Especial supervisionará e avaliará todos os processos de testes a que for submetida à infraestrutura operacional, em escala real, em conformidade da proposta pela EMPRESA por um período de 10 (dez) dias úteis;

10.9 Após a análise dos 10 (dez) dias úteis de testes, a comissão realizará o check list descrito no 10.15 do termo de referência.

10.10 Itens obrigatórios para a PROVA DE CONCEITO:

10.10.1 O licitante deverá apresentar a HOMOLOGAÇÃO ANATEL de todos os itens que possuem necessidade de homologação.

10.10.2 A Comissão verificará se a homologação apresentada esta realmente ativa ao momento da prova.

10.11 Caso não seja apresentada as homologações quando solicitado ou que a homologação não esteja ativa, a licitante será declarada inabilitada.

10.12 As empresas que almejem participar da prova de conceito, poderão apenas fazer anotações para futuros recursos, não podendo as mesmas realizarem manifestações durante a prova.

10.13 licitante arrematante será inabilitada caso descumprir qualquer item.

10.1 CHECK LIST

Do parquímetro. Para prova de conceito os parquímetros deverão ser instalados na rua determinada pela comissão.

AÇÃO PARQUÍMETRO	ATENDE	NÃO ATENDE
Cadastrar conta pré-paga de usuário vinculada à CPF		
Realizar um estacionamento com pagamento por meio de conta virtual (Usuário e Senha)		
Verificar saldo da conta		
Exibir extrato de créditos/débitos da conta pré-paga do usuário cadastrado		
Monitor touchscreen.		
Monitor com filtro de privacidade.		
Tela colorida.		
Utilizar cédulas e moedas como forma de pagamento		
Emitir boleto bancario a fim de recarga do aplicativo.		
Utilizar pix como forma de pagamento		
Utiliza cartão de débito e crédito como forma de pagamento		
Utiliza crédito adquirido por aplicativo como forma de pagamento		
As operações são em tempo real (on line)		
O parquímetro permite o cadastro de conta pré-paga on line		
Exibir placas dos veículos cadastrados na conta pré-paga		
Exibir relação de pontos de vendas credenciados		
Realizar impressão do ticket (comprovante de estacionamento).		
Demonstrar painel de monitoramento (NOC) onde consta o status do parquímetro.		
Demonstrar alerta emitido pelo NOC sobre algum problema no equipamento.		
Demonstrar possibilidade de consulta de debitos do estacionamento rotativo.		
Deverá possuir noteiro e moedeiro e demonstrar a operação dos mesmos comprando 1 hora de estacionamento com pagamento em moedas e 1 hora de estacionamento com pagamento em notas.		

AÇÃO VEÍCULO GUARDIÃO	ATENDE	NÃO ATENDE
Deverá ter no minimo quatro câmeras e monitorar os dois lados da via com duas fotos por veículo		
Demonstrar fiscalização do estacionamento rotativo através de veículo dotado com câmeras de tecnologia OCR/LRP com uma velocidade mínima de 30km/h.		
Deverá ler corretamente no mínimo 85% das placas na velocidade mínima de 30km/h		
O sistema de leitura automatica de placas de veiculo devera funcionar inteligado ao painel de controle e enviar todas informações, de placa, local, horario, data e estado de regularização da placa capturada. (ativo ou pendente		
O sistema de leitura de placas veiculares deve possuir GPS integrado com precisão para identificar o local exato de leitura e mostrar a Geolocalização do veiculo no mapa depois de reconhecido.		
O sistema de reconhecimento/leitura automatica de placas de veiculos deve ter capacidade de ler e reconhecer no minimo 4 placas por segundo.		
O sistema de leitura automatica de placas de veiculo deve só enviar para o sistema de autuação de veiculos, quando a mesma placa for lida em um intervalo de tempo superior a 10 minutos, e permitir que o tempo seja configurado.		
A rota percorrida pelo veiculo com o sistema de leitura automatica de placas de veiculo deve ficar registrada no centro de controle do sistema de estacionamento rotativo.		
O sistema de controle de leitura automatica de placas devera registrar a quantidade de placas lidas, quilometragem percorrida, quantidade de veiculos regularizados e quantidade de veiculos irregulares.		
O sistema de leitura automatica de placas com comunicação via 3g ou superior devera possuir certificado da ANATEL.		
O sistema de leitura automatica de placas deve possuir painel de configuração (setup) para ajustes de captura.		
O sistema lap devera ter um computador de bordo integrado.		
O sistema de bordo devera informar o status das placas lidas, (ativo ou sem ativação) para o condutor do LAP.		
O computador de bordo devera informar o local de leitura das placas ao reconhecer o veiculo e controlar o periodo de 10 minutos antes de enviar a central.		

Administração 2025-2028

O sistema de bordo devera possuir tela touch screen de no minimo 7 polegadas		
O sistema de bordo devera mostrar a lista de veiculos reconhecidos em tempo real.		
A listagem de veiculos do sistema de bordo deve permitir que o condutor selecione o veiculo e veja no mapa o local de leitura, assim como permitir que ele acione o GPS para ir ate o local.		
O condutor do veiculo podera acionar uma das quatro cameras na tela para fazer o video e enviar para a central.		
O sistema de bordo devera permitir que o condutor do carro insira uma placa manualmente para avisalo quando o veiculo for localizado na leitura.		
Quando o veiculo for adicionado e encontrado o sistema de bordo devera emitir alerta sonoro para o condutor.		
O condutor podera seleconar a opção de autuação e enviar video direto para a central de monitoramento.		
Demonstrar alarme sonoro em equipamento embarcado no Veiculo OCR quando for detectado veiculo furtado/roubado.		

AÇÃO DO APLICATIVO IOS e ANDROID	ATENDE	NÃO ATENDE
Realizar cadastro de um novo usuário		
Realizar o Login (Usuário e Senha)		
Cadastrar nova placa de veículo na conta cadastrada durante o teste do parquímetro. O aplicativo deve permitir inserir marca/modelo do veículo.		
Permitir alteração dos dados cadastrais da conta pré-paga do usuário, inclusive alteração da senha depois que logado.		
Exibir extrato da conta pré-paga com lançamentos de débito/crédito do usuário		
Realizar ativação de tempo		
O aplicativo deverá permitir obrigatoriamente a inserção de crédito (conta pré-paga) para a utilização de tickets por diferentes meios, como pelo posto de venda (P.D.V.), monitores, e aplicativo instantâneo de troca de mensagens.		
Exibir relação de pontos de venda credenciados		
Demonstrar compra de crédito na conta pré-paga através de cartão de crédito.		
Excluir placa cadastrada na conta pré-paga		
Configurar com quantos minutos o aplicativo deve notificar o usuário antes que seu tempo se esgote		



AÇÃO DO APLICATIVO PARA PONTO DE VENDA	ATENDE	NÃO ATENDE
Simular estacionamento de 01h em dinheiro para placa escolhida pela comissão.		
Disponibilização de equipamento de P.O.S ou equivalente, com impressora integrada ao corpo, permitir conexão 3G com certificação Anatel, para ativação de tempo em dinheiro, cartão de crédito e débito e pix.		
Demonstrar ativação de tempo via cartão de débito		
Demonstrar ativação de tempo via cartão de crédito		
Demonstrar ativação de tempo via pix		
A impressão das transações feitas no P.O.S devem ser feitas no próprio equipamento e deverão conter os seguintes dados: Placa, hora do início do estacionamento, hora do término do estacionamento, tempo ativado, valor, identificação do Ponto de venda, identificação do operador e número sequencial único do cupom		
Simular o cadastro de uma conta pré-paga de usuário		
Exibir saldo da conta cadastrada pelo parquímetro de usuário		
Acessar o sistema como o Usuário cadastrado e realizar uma operação de compra de Créditos Eletrônicos de Estacionamento		
Permitir que os usuários verifiquem quanto tempo falta para se esgotar seu tempo do seu próprio smartphone		
O ponto de venda (PDV) deverá ser interligado ao painel de controle e enviar para a central de controle todos os dados da transação como: placa, data, horário, período selecionado e número serial com a identificação do PDV e Serial de transação.		

AÇÃO DO APLICATIVO MÓDULO PARA MONITORAMENTO	ATENDE	NÃO ATENDE
O aplicativo utilizado pelo monitor do estacionamento rotativo deverá ser compatível com o sistema operacional Android e funcionar diretamente e equipamento próprio a ser fornecido		
O equipamento utilizado pelo monitor do estacionamento rotativo deverá ter no mínimo as seguintes configurações: GPS integrado, tela de no mínimo quatro polegadas, ter impressora acoplada ou permitir impressora conectada via Bluetooth, possuir conexão Wi-Fi e 3G ou superior.		

Administração 2025-2028

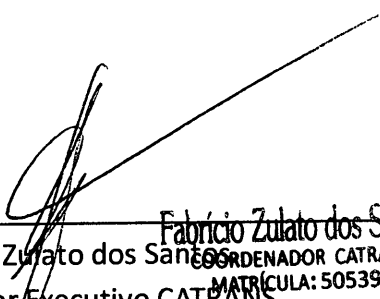
Os dados do monitor para acesso ao sistema deverão ser cadastrados previamente no painel da Central de controle, com pelo menos os seguintes dados: nome, CPF e RG.		
Os dados do monitor para acesso ao sistema deverão ser cadastrados previamente no painel da central de controle, com pelo menos os seguintes dados: nome, CPF e RG e deverão ter acesso liberado perfil que permite somente as funções que lhe forem designadas.		
O aplicativo deverá permitir o cadastro de usuário motorista, permitindo a acessibilidade ao sistema ANDROID ou IOS, o monitor poderá orientar e cadastrar novos usuários.		
Realizar pagamento de ativação de tempo utilizando créditos pré-pagos da conta cadastrada pelo aplicativo		
Consulta saldo da conta pré-paga do usuário cadastrado pelo aplicativo		
Realiza consulta e identificação de status da placa veicular, através de aplicativo do monitor utilizando-se de tecnologia OCR nativa do aplicativo.		
Ter chat para comunicação entre os monitores e encarregado integrado ao aplicativo de MONITORAMENTO		

AÇÃO DO PALM DO AGENTE	ATENDE	NÃO ATENDE
Disponibilizar palm de multa que possibilita a verificação de veículos irregulares para os agentes de trânsito		
O sistema de fiscalização da zona azul deverá ser integrado ao painel de controle		
O aplicativo utilizado pelo fiscal do estacionamento rotativo deverá ser compatível com o sistema operacional Android e funcionar diretamente e equipamento próprio a ser fornecido.		
O equipamento utilizado pelo fiscal de estacionamento rotativo deverá ter no mínimo as seguintes configurações; GPS integrado, tela de no mínimo 4 polegadas ter impressora acoplada ou permitir impressora conectada via Bluetooth, possuir conexão wifi e 3g ou superior. O dispositivo deverá possuir câmera fotográfica para efetuar vídeos/fotos das infrações.		
Os dados do fiscal para acesso ao sistema deverão ser cadastrados previamente no painel da central de controle, com pelo menos os seguintes dados; nome, CPF e RG.		
O aplicativo do fiscal deverá fazer consulta da placa e o sistema deverá retornar o estado das ativações, informando o tempo restante. Em caso de ausência de ticket o aplicativo do fiscal		

Administração 2025-2028

O aplicativo do fiscal devera fazer consulta da placa e o sistmema devera retornar o estado das ativações, informando o tempo restante. Em caso de ausencia de ticket o aplicativo do fiscal		
O app do fiscal devera permitir cadastro de usuario motorista, permitindo a acessibilidade ao sistema ANDROID oi IOS, o monitor podera orienta e cadastrar novos usuarios e orienta-los no cadastro do app fiscal.		
O app fiscal devera receber em tempo real a localização das placas lidas automaticamente pelo carro com OCR que estiverem estacionados acima do tempo de 15 minutos.		
A listagem das placas reconhecida devera conter as seguintes informações: Data, local, endereço, placa e imagem do veiculo		
O fiscal poderá clicar no endereço e ser direcionado para o trajeto ate o local do veiculo irregular.		

AÇÃO DO MÓDULO WHATSAPP	ATENDE	NÃO ATENDE
Foi possivel fazer uma compra de ticket via Whatsapp.		
Foi possivel ativar um ticket via WhatsaApp.		
O numero WhatsApp é 0800.		
O numero WhatsApp é certificado meta. foi apresentado elementos suficientes para comprovar que o numero em questão é certificado.		


Fabrício Zulato dos Santos
COORDENADOR CATRANS
MATRÍCULA: 505399
Coordenador Executivo CATRANS

DECLARAÇÃO DO SETOR REQUISITANTE

Eu, Fabricio Zulato dos Santos, do setor requisitante Catrans, declaro por meio desta que o referido setor cumpriu integralmente todas as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, no que se refere ao planejamento, elaboração de estudo técnico preliminar, termo de referência e obtenção de cotações de preços, em total conformidade com as instruções normativas pertinentes.

O planejamento da contratação foi elaborado de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei 14.133/2021, garantindo a adequada definição dos requisitos do objeto, a escolha do melhor regime de contratação, a definição dos critérios de aceitabilidade das propostas e demais elementos necessários para a realização do processo licitatório.

O estudo técnico preliminar foi desenvolvido de forma detalhada e consistente, contemplando a justificativa da necessidade da contratação, a descrição completa do objeto, os requisitos técnicos mínimos, os critérios de medição e pagamento, bem como quaisquer outras informações relevantes para a compreensão do objeto e a correta elaboração das propostas pelos potenciais fornecedores.

No que diz respeito às cotações de preços, foram obtidas de acordo com as orientações das **instruções normativas pertinentes**, garantindo a realização de pesquisa de mercado e a obtenção de propostas que refletem a realidade dos preços praticados.

Esta declaração tem o objetivo de atestar o cumprimento rigoroso das exigências legais estabelecidas pela Nova Lei de Licitações 14.133/2021 no que tange ao planejamento, estudo técnico preliminar, e obtenção de cotações de preços, demonstrando o comprometimento do setor requisitante em seguir as diretrizes legais e as melhores práticas na condução de processos licitatórios.

Local: Cataguases, Minas Gerais

Data: 28/01/2025

Assinatura: _____

Nome: Fabrício Zulato dos Santos

Cargo: Coordenador Executivo

Setor: Catrans

Fabrício Zulato dos Santos
COORDENADOR CATRANS
MATRÍCULA: 505399